



Aqui o desenvolvimento acontece.

Adm: 2017/2020

**LEI Nº 972/2020**

**PUBLICAÇÃO**

Certifico para todos os fins  
que o documento presente foi  
deixado no Placard da Prefeitura  
no dia 24/08/2020

Fixa os subsídios mensais dos agentes políticos do Município de Edéia para o período 2021/2024, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA**, Estado de Goiás, **APROVOU** e o **PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Os subsídios mensais dos agentes políticos do Município de Edéia para o período de 2021 a 2024, é fixado nos seguintes valores:

**I** – Prefeito Municipal: R\$: 15.192,00 (quinze mil e cento e noventa e dois reais);

**II** – Vice-Prefeito: R\$: 7.596,00 (sete mil e quinhentos e noventa e seis reais);

**III** – Vereador: R\$: 7.596,00 (sete mil e quinhentos e noventa e seis reais);

**IV** – Presidente da Câmara: 7.596,00 (sete mil e quinhentos e noventa e seis reais);

**V** – Secretário Municipal: 7.596,00 (sete mil e quinhentos e noventa e seis reais).

**§ 1º** – Constituem parcelas de subsídios dos agentes políticos as relativas ao décimo terceiro salário e às férias.

**§ 2º** – Os Vereadores e o Presidente da Câmara também fazem jus às férias de 30 (trinta) dias acrescidas do terço constitucional, após completados no



mínimo 12 (doze) meses de exercício de mandato, a serem usufruídas no recesso legislativo, conforme ato do Presidente, podendo haver nesse período convocação para sessões extraordinárias, sem direito do acréscimo de qualquer verba remuneratória em decorrência desta.

§ 3º – As férias relativas ao período aquisitivo do último ano de mandato serão usufruídas obrigatoriamente de forma antecipada no mês de julho.

§ 4º – A obrigatoriedade de que as férias sejam usufruídas no recesso legislativo não se aplica ao Presidente da Câmara.

§ 5º – Os subsídios de que trata esta Lei somente poderão ser alterados por lei específica de iniciativa exclusiva da Câmara Municipal.

§ 6º – A revisão geral anual deverá ocorrer em cada um dos poderes, observada a lei geral definidora de data base e de índice a ser seguido pelo Município.

**Art. 2º** – Para cada ausência do Vereador em sessão ordinária ou extraordinária, será deduzido o valor equivalente a 10% (dez por cento) do seu subsídio mensal, salvo apresentação e aceitação pela Mesa Diretora das justificativas abaixo elencadas:

I – motivo de saúde do próprio Vereador ou de seu ascendente, descendente, madrasta ou padrasto, irmão, cônjuge ou companheiro (a), enteados e menor sob sua guarda ou tutela, mediante apresentação de atestado médico;

II – falecimento de ascendente, descendente, madrasta ou padrasto, irmão,



cônjuge ou companheiro (a), enteado ou menor sob sua guarda ou tutela, sogro (a);

**III** - ocorrência de fato imprevisível, comprovado mediante boletim de ocorrência ou outro documento idôneo.

§ 1º – Os comprovantes das justificativas poderão ser apresentados em até 5 (cinco) dias após a data do fato ensejador à ausência do Vereador à Sessão.

§ 2º – A apreciação das justificativas pela Mesa Diretora poderá ocorrer em Sessão ou em ato próprio da Mesa.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE EDÉIA**, Estado de Goiás, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto de 2020.

  
**ELSON TAVARES DE FREITAS**  
Prefeito Municipal